



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA

ANEXO

ANEXO I DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 11/2021 – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA INTRODUÇÃO

1.1. Em atendimento ao disposto no artigo 14 da Lei n. 8.666/93, no artigo 3º, incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002, nos incisos I, III e V, no § 2º do art. 9º do Decreto n. 10.024/2019, foi elaborado o presente Termo de Referência para, através do procedimento legal pertinente, realizar a aquisição de equipamento de segurança predial para instalação no subsolo do edifício-sede da Seção Judiciária da Justiça Federal em Rondônia - SJRO.

2. DO OBJETO

2.1. Contratação de pessoa jurídica especializada para fornecimento de **01 (um) Equipamento Scanner Raio-x com Esteira**, novo e sem uso, com as respectivas instalação, treinamento e assistência técnica durante o período de garantia, conforme especificações e condições previstas neste Termo Referência, para instalação no subsolo do edifício-sede da SJRO.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. A presente aquisição visa reforçar a segurança das instalações da SJRO com o fim atender a o que prevê o art. 3º da lei 12.694/2012 sobre as medidas de segurança a serem adotadas pelos Tribunais, bem como também o previsto na Res. CNJ nº. 291, de 23 de agosto de 2019, que trata da Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário, voltada à segurança dos magistrados, servidores e demais usuários e cidadãos que transitam nas instalações da Justiça e nas áreas adjacentes.

3.2. A instalação do equipamentos (scanner Raio-X) visa compor o sistema de controle de acesso da SJRO, constituindo o conjunto de inspeção pessoal e de bagagens no sentido de evitar a entrada de equipamentos e materiais perigosos nas instalações do prédio, diminuindo o risco de possíveis atentados direcionados aos membros, servidores, colaboradores e público em geral.

3.3. A aquisição pretendida tem por fim equipar o sistema de controle de acesso da SJRO, constituindo o conjunto de inspeção pessoal e de bagagens no sentido de se evitar a entrada de equipamentos e materiais perigosos nas instalações do prédio, diminuindo o risco de possíveis atentados direcionados aos membros, servidores, colaboradores e público em geral.

3.4. Atualmente o edifício-sede da SJRO possui equipamentos detectores de metais para controle de acesso apenas na portaria da entrada principal (1º piso). No entanto, parte do público interno e externo acessa as instalações pela entrada do subsolo, onde os equipamentos pretendidos deverão ser instalados.

3.5. As normas de segurança institucional vigentes - Res. CNJ nº. 291/2019, Res. CJF nº 502/2018 e Portaria SJRO-DIREF 6121726 - proíbem o acesso às instalações de pessoas portando armas de fogo, ressalvadas algumas exceções, porém, a inexistência de equipamentos, os quais se pretende realizar a aquisição, impossibilita o cumprimento do estabelecido nos referidos normativos.

3.6. Esta demanda está alinhada com o Plano Estratégico da Justiça Federal da 1ª região 2021-2026, uma vez que compreende os serviços necessários para atendimento do macrodesafio "Aperfeiçoamento na Gestão de Custos" para melhor prestação jurisdicional.

3.7. A contratação pretendida também está prevista no Plano Anual de Aquisição e Contratação – PAAC 2021, aprovado pela Direção do Foro, conforme Portaria SJRO-Diref 54/2021 (12738017).

3.8. A contratação foi objeto de Estudo Técnico Preliminar 13714175, aprovado pelo Despacho SJRO-SECAD 13959648.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

Item	Especificação	Unidade	Qtd.	Localidade
1		und.	01	

Equipamento Scanner Raio-x com Esteira , com a respectiva instalação, adequações necessárias, treinamento e assistência técnica durante o período de garantia de 24 meses, conforme especificações constantes do Anexo I.			<u>Instalação na SJRO</u> <u>Porto Velho</u>
--	--	--	---

- 4.1. A empresa licitante deverá informar, necessariamente, MARCA e MODELO dos equipamentos ofertados.
- 4.2. A empresa também deverá apresentar, juntamente com a proposta, os certificados e/ou laudos técnicos exigidos nas especificações mínimas do equipamento.
- 4.3. No caso de eventuais divergências entre a descrição dos bens neste instrumento e no respectivo código do Catálogo de Materiais (CATMAT) do sistema SIASG/COMPRASNET, prevalece a descrição estabelecida neste Termo de Referência.

5. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE ENTREGA/INSTALAÇÃO

- 5.1. O prazo de vigência do contrato será de 30 (trinta) meses e iniciará na data de assinatura do contrato.
- 5.2. O prazo de garantia do equipamento de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de seu recebimento definitivo.
- 5.3. O prazo para execução do objeto, compreendendo a entrega, instalação e treinamento, será de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados da data da assinatura do contrato.
- 5.4. A data da entrega e instalação do equipamento deverá ser previamente agendada com a Seção de Segurança, Vigilância e Transporte – SEVIT/RO.
- 5.5. Somente será admitida a prorrogação do prazo em caso de força maior, devidamente caracterizada, justificada e comprovada pela CONTRATADA, por escrito, até 24 (vinte e quatro) horas antes da data fixada para a entrega.

6. DO LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

6.1 A **entrega e instalação** do equipamento será realizada no endereço discriminado abaixo, de segunda-feira a sexta-feira, das 09h às 18h, sob acompanhamento de servidor da CONTRATANTE, designado através de ordem de serviço:

I. Item 1 - Equipamento Scanner Raio-x com Esteira

- a. **Seção Judiciária de Rondônia - SJRO:** Av. Presidente Dutra, n. 2203, bairro Baixa da União, Porto Velho - RO, CEP: 76.805-902

- 6.2. Todo e qualquer ônus decorrente da execução do objeto, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sendo a CONTRATANTE isenta de responsabilidade pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte ou descarregamento do material.
- 6.3. O **recebimento provisório** será efetuado no término da instalação do equipamento. O **recebimento definitivo** será realizado em um prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos da instalação, contados da conclusão da instrução do manuseio do equipamento realizado pelos servidores e terceirizados da Seção Judiciária de Rondônia.
- 6.4. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita qualidade do equipamento fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, especialmente se identificada durante o período de garantia.

7. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO CONTRATADO

- 7.1. A licitante deverá apresentar um ou mais Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, para a qual a empresa tenha fornecido e instalado pelo menos uma unidade do objeto, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste instrumento.
- 7.1.1. A licitante deverá, caso solicitado pelo pregoeiro ou comissão de licitação, disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do atestado apresentado, disponibilizando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi fornecido o objeto.
- 7.2. A licitante deverá apresentar ainda a empresa responsável por contato técnico permanente comprovada através de CNPJ, com endereço ativo em território nacional, além de comprovação do registro ou visto do responsável técnico pelos serviços junto ao CREA do estado de Rondônia.

8. DO TREINAMENTO, ASSESSORIA E FORNECIMENTO DE MANUAIS

- 8.1. A licitante vencedora deverá realizar treinamento presencial de uso e operação do equipamento com duração mínima de 06 (seis) horas, para uma turma de até 15 (quinze) servidores e terceirizados, na sede da Seção Judiciária de Rondônia, em no máximo 10 (dez) dias úteis a contar da instalação do equipamento, contendo no mínimo:

8.1.1. Funcionalidades do equipamento, abrangendo as instruções de uso para todos os níveis de usuário, operador, supervisor e administrador do sistema. Deverá ser abordada, ainda, a sua correta utilização, interpretação das imagens produzidas (identificando possíveis ameaças, tais como armas, explosivos ou outro artefato considerado perigoso), bem como todos os procedimentos e comandos referentes à segurança, configuração, transferência de imagens e realização de auditorias no sistema.

8.2. A CONTRATADA deverá oferecer material didático em português, que servirá de auxílio nas instruções oferecidas, bem como emitir certificado após conclusão do treinamento para os servidores e terceirizados indicados que participarem efetivamente do treinamento. O treinamento deverá ser realizado, preferencialmente, no próprio equipamento fornecido, e nas dependências da CONTRATANTE.

9. DA VISTORIA

9.1. A licitante poderá vistoriar o local onde será instalado o equipamento até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade de execução do objeto, mediante prévio agendamento de horário junto à , de segunda a sexta-feira, das 9 às 18 horas, no seguintes contato: Telefone (69) 2181-5757, (69) 99291-8737, ou através do e-mail sevit.ro@trf1.jus.br.

9.2. Após a vistoria, será expedido termo de vistoria pelo Supervisor da Seção ou outro servidor designado para as providências.

9.3. Em razão da possibilidade de realização da vistoria, não caberá às licitantes a alegação de desconhecimento das condições de prestação dos serviços como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou pleitearem eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto.

9.4. A licitante que optar por não realizar a vistoria, para efeito de qualificação técnica, apresentará declaração de conhecimento de todas as condições locais e informações necessárias para o cumprimento das obrigações decorrentes do objeto desta licitação.

10. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

10.1. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses, a contar do recebimento definitivo, salvo quando o manual especificar prazo superior, que será automaticamente repassado à CONTRATANTE, contra defeitos de fabricação, incluindo avarias no transporte até o local de entrega.

10.2. No decorrer do período de garantia, eventuais defeitos no equipamento fornecido deverão ser prontamente corrigidos pela CONTRATADA. Nesses casos, o equipamento componente ou peças deverão ser substituídos por novos e originais, sem ônus para a CONTRATANTE.

10.3. Sempre que realizado o suporte de garantia técnica, deverão ser apresentados relatórios com informações sobre os serviços executados, sobre anormalidades e falhas eventualmente observadas no equipamento.

10.4. No decorrer da garantia, será de responsabilidade da CONTRATADA o custeio com transporte e guarda do equipamento, quando retirado para conserto em oficina especializada.

10.5. A garantia do serviço ou de peças substituídas no equipamento será de no mínimo 12 (doze) meses, contado da data de recebimento do equipamento consertado.

10.6. A CONTRATADA deverá realizar assistência técnica gratuita no equipamento até o final da garantia.

10.7. O prazo de atendimento será de 02 (dois) dias úteis contado da abertura do chamado via contato telefônico ou e-mail, devendo o conserto ser efetuado em no máximo 03 (três) dias úteis, salvo comprovação de impossibilidade, devidamente demonstrada e comprovada pela CONTRATANTE.

10.8. A assistência técnica deverá ocorrer no local onde estiver instalado o equipamento. Caso não seja possível, a remoção do equipamento se dará sem qualquer ônus para CONTRATANTE, mediante substituição do equipamento por outro equivalente ou de melhor qualidade durante o período de conserto do equipamento substituído.

11. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

11.1. Tratando-se de objetos comuns no mercado, entende-se que do equipamento descrito neste termo de referência poderá ser adquirido por meio de Pregão Eletrônico, nos termos da Lei n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019.

12. DOS CRITÉRIOS DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA E DA FORMA DE ADJUDICAÇÃO

12.1. Na elaboração da proposta deverão estar inclusos os custos diretos e indiretos inerentes aos procedimentos de entrega e instalação do equipamento a ser adquirido, tais como tributos, serviços, encargos sociais, trabalhistas, frete, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

12.2. Para a formulação da proposta, os licitantes deverão ofertar o VALOR UNITÁRIO e VALOR TOTAL, referente ao objeto descrito no item 1.

12.3. Sagrar-se-á vencedora a empresa que ofertar o MENOR VALOR TOTAL DO ITEM, observando os valores estimados pela Administração.

13. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CONTRATAÇÃO

13.1. Para participação no certame e posterior contratação, a empresa deverá possuir regularidade fiscal junto à RECEITA FEDERAL, ao FGTS, ao INSS e à JUSTIÇA DO TRABALHO, e não possuir restrição em contratar com órgãos públicos federais (CEIS, CNIA e TCU).

14. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

14.1. A aceitação das propostas e o recebimento do objeto deverão obedecer aos seguintes parâmetros:

- a. O valor estimado do item é o parâmetro de preço a ser utilizado pelo operador do certame para julgamento da proposta, cabendo-lhe julgar eventual variação na análise do caso concreto;
- b. A proposta deverá indicar, necessariamente, o preço unitário e total de cada item, bem como especificações técnicas do equipamento ofertado;
- c. A proposta deverá informar ainda a MARCA e o MODELO do objeto ofertado;
- d. Juntamente com a proposta, deverão ser encaminhados os certificados e/ou laudos técnicos exigidos nas especificações mínimas de cada equipamento.
- e. O pregoeiro poderá solicitar ao licitante informações mais detalhadas do objeto ofertado, podendo, inclusive, solicitar prospecto, manuais, folhetos e catálogos oficiais do equipamento, assinalando prazo para o envio, sob pena de recusa da proposta, bem como poderá a indicação dos sítios na internet dos fabricantes/importadores dos equipamentos;
- f. O pregoeiro se reserva ainda ao direito de solicitar laudos técnicos comprobatórios do atendimento aos quesitos exigidos em conformidade com as normas técnicas pertinentes;
- g. O objeto a ser adquirido deverá estar estritamente de acordo com as especificações exigidas, inclusive no que diz respeito às garantias e deverão conter as respectivas especificações técnicas dos mesmos e as informações concernentes a seus fabricantes ou importadores (razão social, CNPJ, endereço, etc.).

15. DO CONTRATO

15.1. A relação contratual, no caso do presente Termo de Referência, será firmado por Termo de Contrato, na forma do artigo 62, *caput*, da Lei n. 8.666/93, efetivando-se a mesma no ato do recebimento do referido instrumento pela compromissária, ocasião em que esta assume o status de CONTRATADA.

15.2. Como condição para assinatura do contrato, a compromissária deverá estar regular junto ao SICAF ou apresentar comprovante de regularidade perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa Trabalhista (TST), além de certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça e a Lista de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União - TCU.

15.3. A relação contratual, além das disposições previstas no respectivo Edital de Pregão, aplicam-se o disposto na Lei n. 8.666/93 e Lei n. 10.520/2002, e subsidiariamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil Brasileiro.

15.4. Após convocação da empresa vencedora do procedimento licitatório, esta terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinatura eletrônica do Contrato por meio de cadastro no Sistema Eletrônico de Informações - SEI! do TRF da 1ª Região.

15.5. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o referido contrato no prazo e condições estabelecidas, chamar as licitantes remanescentes, obedecida ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no artigo 81 da Lei n. 8.666/93.

15.6. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades estabelecida neste instrumento.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. Caberá à CONTRATADA:

- a. Assinar o contrato no prazo e condições estipulados neste instrumento mediante solicitação do gestor do contrato;
- b. Entregar e instalar do objeto, conforme especificações, prazo e local constantes neste instrumento, acompanhado da respectiva nota fiscal;

- c. Substituir, sem custos adicionais, o equipamento e serviço recusados, no prazo estipulado neste instrumento, bem como realizar a retirada o equipamento recusado no mesmo prazo, se for o caso;
- d. Prestar os serviços de garantia e assistência técnica do equipamento, por meio da matriz, filiais ou subcontratadas autorizadas, durante a vigência estipulada neste instrumento;
- e. Comunicar ao gestor do contrato qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- f. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, bem como atender as suas reclamações inerentes as entregas e/ou instalações;
- g. Responsabilizar-se pelos danos causados, direta e indiretamente à CONTRATANTE ou terceiros decorrentes de culpa ou dolo, quando da instalação dos equipamentos, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da CONTRATANTE;
- h. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes do contrato;
- i. Manter seus empregados, quando nas dependências da CONTRATANTE, sujeito às normas e orientações disciplinares desta, sem que isso configure qualquer vínculo empregatício; e
- j. Manter, durante toda a execução do contrato, e apresentar no momento do pagamento compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1. Caberá à CONTRATANTE:

- a. Enviar o contrato à CONTRATADA, por meio eletrônico, para assinatura digital do representante designado, dentro do prazo e condições estipulados neste instrumento;
- b. Efetuar o recebimento provisório e definitivo do equipamento por meio do servidor responsável pela CONTRATANTE;
- c. Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa emitido pelo gestor do contrato, do qual deverá consignar a razão da recusa do equipamento;
- d. Fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento. A fiscalização e o acompanhamento da execução do serviço por parte do CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA em relação ao mesmo;
- e. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, depois de verificada a regularidade da nota fiscal, de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento;
- f. Solicitar os serviços de garantia e assistência técnica do equipamento na ocorrência de falhas/danos não decorrentes de culpa da CONTRATANTE, conforme prazo e condições estipulados neste instrumento;
- g. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- h. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares e contratuais, após o devido processo administrativo de apuração de responsabilidade que confirmar eventuais penalidades previstas neste instrumento, observando e garantindo o contraditório e a ampla defesa; e
- i. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos ao recebimento e execução do objeto, em especial na aplicação de sanções, alterações e outros.

18. DA FORMA DE PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado através de depósito em conta-corrente da CONTRATADA, mediante apresentação da Nota Fiscal, até o 10º (décimo) dia útil após o ateste da referida Nota Fiscal, pelo gestor do contrato.

18.2. O recebimento e a aceitação do veículo será atestados pelo gestor do contrato, no corpo da nota fiscal (verso ou anverso), ou através de certidão avulsa, sendo esta condição indispensável a que se processe o pagamento.

18.3. No texto da Nota Fiscal ou DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica) deverão constar, obrigatoriamente, as seguintes referências:

- a. Descrição do equipamento entregue, com sua quantidade e valor;
- b. O número do processo que deu origem à contratação e o número do contrato;
- c. Nome do Banco, Agência e Número da Conta-Corrente para depósito; e
- d. Informação de opção pelo Simples Nacional, se for o caso, cuja aceitação estará condicionada à apresentação da declaração prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/12, alterada pela Instrução Normativa RFB n. 1.244/12.

18.4. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que desaprove a liquidação da despesa, esta ficará pendente e o pagamento sustado até que a CONTRATADA tome as medidas saneadoras.

18.5. Para fins de pagamento consultar-se-á *on line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou se verificará a validade da documentação apresentada, perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social (INSS), a Justiça do Trabalho (TST) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Caso alguma certidão esteja vencida, a CONTRATADA será informada para apresentar as certidões em plena validade, no prazo a ser dado pela Administração, sob pena de multa e rescisão contratual, garantido o contraditório e a ampla defesa.

18.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, salvo de já houver retenção cautelar suficiente para satisfazer o valor da multa e/ou indenização devidas, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

18.7. No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Contratante, encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos moratórios será calculado pela fórmula:

$I \times N \times VP = EM$, onde:

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 (6/100/365);

N = Números de dias entre a data limite para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor do pagamento em atraso;

EM = Encargos moratórios devidos.

18.8. A CONTRATANTE poderá deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a eventuais multas e indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste instrumento.

18.9. Ficam sob inteira responsabilidade da contratada os prejuízos decorrentes de pagamento incorreto devido à falta de informação ou de atualização dos dados bancários.

18.10. Serão retidos na fonte os tributos e contribuições federais determinados na legislação específica da Receita Federal do Brasil, salvo se a empresa for optante do Simples Nacional e assim o declarar na forma prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/2012 e suas alterações.

19. DAS RESPONSABILIDADES SOBRE OS SERVIÇOS DE ENTREGA E INSTALAÇÃO

19.1. Constituem responsabilidades da CONTRATADA sobre os serviços de entrega e instalação:

- a. Fornecer todos os instrumentos, ferramentas, mão de obra e demais meios necessários à execução do objeto, sem nenhum ônus adicional à CONTRATANTE, disponibilizando pessoal com qualificação técnica, sempre em estrita observância às normas de segurança interna da CONTRATANTE e aquelas estipuladas pelo Ministério do Trabalho;
- b. Assumir a responsabilidade exclusiva por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação que trata sobre acidente do trabalho, quando, em decorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE;
- c. Solicitar autorização prévia para a execução do objeto fora do horário normal de expediente da CONTRATANTE, cadastrando todo o seu pessoal e reportando os equipamentos e as ferramentas particulares a serem utilizadas;
- d. Entregar o objeto em perfeito estado de uso e funcionamento, nos prazos estabelecidos;
- e. Dar garantia no material e no serviço de instalação;
- f. Reparar, corrigir e remover, às suas expensas, os defeitos ou incorreções resultantes da instalação dos produtos, ou, caso as incorreções vinculem-se ao material fornecido, substituí-lo por outro de melhor qualidade, reconstituindo o serviço; e
- g. Assumir, com exclusividade, a responsabilidade pelos impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto contratado, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias à perfeita execução do objeto, inclusive as relativas à entrega do material.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Sujeitam-se às penalidades descritas nesta seção, decorrentes das sanções administrativas previstas na Lei n. 10.520/02, art. 7º, o compromissário ou contratado em decorrência do futuro contrato, que incidir em:

- a. Recusa em aceitar o contrato;
- b. Atraso na entrega e/ou execução do serviço;
- c. Inexecução parcial ou total do objeto contrato;
- d. Falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude durante a execução do contrato; e

- e. Não manter, no momento da assinatura do contrato, durante toda a execução do contrato ou no momento do pagamento, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça.

20.2. Recusa em aceitar o contrato é a recusa de assinar o contrato ou não realizá-la no prazo estipulado. Pena: multa de 20% (vinte por cento) do valor a ser contratado e impedimento de licitar e contratar com a Administração, e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento, ou da aplicação das demais sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993.

20.3. Atraso na entrega e instalação do equipamento, bem como na substituição do equipamento quando recusado. Pena: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, até o limite de 20 (vinte) dias corridos.

20.4. Atraso na execução dos procedimentos dos serviços da garantia e assistência técnica do equipamento. Pena: multa de 0,3% (três décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, até o limite de 20 (vinte) dias corridos.

20.5. Atraso na execução da contratação relativo os demais prazos estipulados ou descumprimento de obrigações neste instrumento. Pena: multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, até o limite de 20 (vinte) dias corridos, ou 3% (três por cento) do valor do contrato, por ocorrência, por descumprimento.

20.6. Inexecução total do contrato pela não entrega e instalação do equipamento, caracterizado pelo atraso injustificado superior a 20 (vinte) dias corridos. Pena: 20% (vinte por cento) do valor do contrato e impedimento de licitar e contratar com a Administração, e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento, ou da aplicação das demais sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993.

20.7. Apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do contrato, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal. Pena: impedimento de licitar e contratar com a Administração, e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento, ou da aplicação das demais sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993.

20.8. A não manutenção, no momento da assinatura do contrato, durante toda a execução do contrato ou no momento dos pagamentos, das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS) e à Justiça do Trabalho, ou ainda com impedimento de contratar com a Administração Pública Federal. Pena: multa de 2% (dois por cento) do valor do contrato.

20.9. Descumprimento das demais obrigações previstas neste instrumento, inclusive de determinações do gestor do contrato. Pena: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor mensal ou total do contrato, conforme o caso, por ocorrência.

20.10. As sanções somente serão aplicadas para faltas não justificadas, ou cujas justificativas não sejam aceitas pela Administração, garantido o direito à ampla defesa e contraditório.

20.11. As multas deverão ser recolhidas através de Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida pela CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) úteis dias a contar da intimação, podendo a Justiça Federal descontá-las, no todo ou em parte, de nota fiscal ou saldo remanescente, caso existam.

20.12. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.

20.13. Esgotados os meios administrativos para cobrança ou recebimento do valor devido pela CONTRATADA, haverá encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União.

20.14. A CONTRATADA, quando não puder cumprir os prazos estipulados para atender total ou parcialmente as exigências contratuais, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo a sua ocorrência, o que poderá resultar de forma excepcional a prorrogação do prazo para o cumprimento da obrigação.

20.15. O valor total das multas aplicadas na vigência do contrato, excetuando as indenizações por perdas e danos, não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor total.

20.16. A aplicação de penalidade será precedida de prazo para o compromissário ou contratado apresentar defesa prévia, não inferior a 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, cabendo recurso de sua aplicação, nos termos do art. 109 da Lei n. 8.666/1993.

21. DA GARANTIA CONTRATUAL

21.1. Considerando que se trata de fornecimento e instalação imediatos do objeto, NÃO será exigido a garantia contratual prevista no art. 56 da Lei n. 8.666/93.

22. DA SUBCONTRATAÇÃO

22.1. Nos termos do que estabelece o artigo 72 da Lei n. 8.666/93, com suas alterações, admitir-se-á a subcontratação apenas os serviços de instalação do equipamento, por pessoa jurídica ou pessoa física credenciada pela CONTRATADA, a qual deverá ser apresentada formalmente à gestão do contrato, com o encaminhamento dos documentos necessários que comprovem a relação contratual.

22.2. As faturas emitidas por eventual SUBCONTRATADA deverá sempre estar em nome da CONTRATADA, ficando expressamente vedada a emissão diretamente contra o CONTRATANTE.

22.3. Os serviços realizados pela SUBCONTRATADA deverão ser supervisionados e coordenados pela CONTRATADA, bem como responderá perante a CONTRATANTE pelo cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

23. DO VALOR ESTIMATIVO

23.1. O valor estimado será estabelecido pela Seção de Licitações e Contratos - SELIT - conforme valores apurados em cotações válidas.

24. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

24.1. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região e respectivas seccionais deverão adotar os critérios socioambientais constantes do Manual de Sustentabilidade nas Compras e Contratações do Conselho da Justiça Federal.

24.2. Para demais exemplos e orientações, as seguintes fontes poderão ser consultadas subsidiariamente, entre outros documentos similares expedidos por órgãos públicos:

24.2.1. - Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União;

24.2.2 - Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 1ª Região;

24.2.3. - Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

24.2.4. - <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/gestao-socioambiental/melhora-o-planeta/licitacao-sustentavel/>;

24.2.5. - https://www.trf3.jus.br/documentos/adeq/Socioambiental/PLS/Manual_de_Licitacoes_Sustentaveis-diagramado.pdf

24.3. Aplica-se ao presente processo as disposições estabelecidas na Resolução nº. 103/2012 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que tratam dos critérios de sustentabilidade e proteção ambiental, principalmente no que se refere aos aspectos e/ou exigências abaixo assinaladas:

a) que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

b) que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

c) que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

d) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

e) Os bens devem apresentar menor consumo e maior eficiência energética dentro da categoria.

25. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

25.1. A gestão e fiscalização da futura contratação será exercida pelo supervisor da Seção de Segurança, Vigilância e Transporte - SEVIT/RO.

26. CONSIDERAÇÕES FINAIS

26.1. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos junto à Seção de Segurança, Vigilância e Transporte – SEVIT/SJRO, localizada na Av. Presidente Dutra, nº. 2203 – bairro Baixa da União, Porto Velho/RO ou pelos telefones (69) 2181-5757 e (69) 99291-8737.

ARILSON DIAS FERREIRA	EVERTON GOMES TEIXEIRA
SEVIT/SJRO	SEVIT/SJRO
HIUNA RAIANE RAMOS ROSA	OLIEL MACHADO VIDAL
SELIT/SJRO	SEVIT SJRO

(Fim do documento)



Documento assinado eletronicamente por **Sara Regina da Silva Lago, Técnico Judiciário**, em 24/09/2021, às 11:01 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **14078224** e o código CRC **01799880**.

Av. Presidente Dutra, 2203 - Bairro Centro - CEP 76805-902 - Porto Velho - RO - www.trf1.jus.br/sjro/

0002450-33.2021.4.01.8012

14078224v2